

Exaltado, Ulysses repele "estupro à Constituinte"

Relatório não aponta autor de voto falso

Rubem de Azevedo Lima

O relatório da comissão que investigou a fraude na votação do princípio da propriedade na Constituinte, quando apareceu um voto em nome do deputado Sarney Filho (PFL-MA), filho do presidente da República, que estava ausente, será divulgado amanhã, às 11h00, no Senado, e sustenta ser impossível apontar quem foi o culpado pela irregularidade.

O autor do relatório é o senador Virgílio Távora (PDS-CE), que solicitou a todas as emissoras de televisão, aos jornais e revistas, os filmes e os teipes tomados durante a votação em que ocorreu a irregularidade.

Nos teipes de televisão, as tomadas, nesse dia, não alcançaram a quinta bancada à esquerda do plenário, no qual votou o constituinte que fraudou a votação. A localização da fraude foi possível em virtude dos registros eletrônicos do computador do plenário da Assembleia. Em volta do constituinte fraudador estavam, entre outros, os deputados José Teixeira (PFL-MA) e Angelo Magalhães (PFL-BA).

De costas

Apenas uma das fotos de jornal, a que foi cedida pela Folha de S. Paulo, permite ver — no instante da votação irregular, quando os painéis se iluminaram com a relação de votantes, mas sem ainda registrar como votara cada constituinte — quais eram os ocupantes em volta do local em que se praticou a irregularidade. Aparece na foto, à direita, com o rosto voltado para o de seu interlocutor, que foi o autor do voto fraudado, o deputado Angelo Magalhães. À esquerda do fraudador percebe-se o perfil do deputado José Teixeira, envolto em sombras. No centro, a figura do responsável pela fraude, aparece totalmente de costas, bastante erecto em sua poltrona. É possível notar, que se trata de alguém do sexo masculino, de ombros estreitos e cabeleira farta, mas aparada na base. "Esses dados — segundo o relatório de Virgílio — não autorizam qualquer conclusão sobre a matéria, já que Angelo e Teixeira, interrogados, não se lembraram de quem estava entre ambos, na hora da votação irregular. Ele vai pedir à Mesa da Assembleia que instale, de agora em diante, quatro máquinas fotográficas em lugares estratégicos, para serem acionadas automaticamente em cada votação.

Way-out

Apesar de permitirem os indícios fotográficos a eliminação de várias suspeitas — fica claro, pela foto em questão, que não foi o deputado Vitor Trovão (PDS-MA) o autor da fraude, já que o vulto fotografado na ocasião é bem menos corpulento do que ele — constituintes do PDT vão pedir à Mesa da Assembleia, que o material colhido por Virgílio seja submetido a exames tecnológicos mais avançados. O autor da denúncia da fraude, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), quer que a foto incriminadora seja submetida aos computadores, pois esse método, como se vê no filme "Way-out" (Sem Saída), oferece enormes possibilidades de identificação de uma pessoa, ainda que de costas na fotografia.

Indignação

Outro aspecto que suscitou indignação entre os partidos que se opõem ao Governo, na Assembleia, foi a tentativa de se atribuir a fraude aos constituintes progressistas, com o suposto propósito de desmoralizar o Centrão, o Governo, o filho do Presidente e o próprio Presidente. Tais acusações foram feitas, entre outros, pelo próprio deputado Sarney Filho e pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Do ponto de vista ético, os autores da denúncia acham que a não-punição do culpado, no caso, contribuirá para desgastar a Constituinte.

"E se o voto em causa fosse o 280º, de maioria absoluta, que houvesse aprovado o princípio da propriedade defendido pelo Centrão?" — indaga Brandão Monteiro.

Com o Centrão

Na realidade, em volta do autor da fraude estavam apenas constituintes do Centrão, como revela a foto. Quanto à hipótese suscitada por Brandão, recorda-se, na Assembleia, que a condenação à morte de Luis XVI, na revolução francesa, ocorreu, a rigor, por um voto. Na votação da assembleia francesa, 387 constituintes pediram a pena de morte para o rei, mas, desse total, por voto a descoberto, 26 acharam que, antes da execução da pena, o assunto deveria ser discutido mais aprofundadamente. Contra a pena de morte, manifestaram-se 334 constituintes franceses. No primeiro momento, somaram-se a esses votos os dos 26 favoráveis à pena de morte, depois de novas discussões. Verificou-se, então, que ainda sobravam 361 adeptos da pena capital, contra, no máximo, 360, se todos os 26 partidários da nova discussão acabassem ficando contra a execução de Luis XVI.

Também por apenas um voto parlamentar foi aprovada, no ano mil, pelo Parlamento mais antigo do mundo, o da Islândia, a adoção do Cristianismo como religião oficial.



Quéricia garantiu a Ulysses que governadores defendem soberania

PMDB muda tática e reduz 83 destaques para superar crise

Acelerar os trabalhos da Constituinte, através da fusão de artigos é a proposta da liderança do PMDB para superar a crise surgida neste final de semana com o pronunciamento do presidente José Sarney no programa radiofônico "Conversa ao Pé do Rádio". Reunida ontem de manhã no Congresso, a liderança do partido decidiu reduzir para 13 os 96 destaques, do Título II.

Praticamente todos os presentes à reunião minimizaram as declarações do presidente Sarney. O deputado Fernando Lyra (PE) afirmou que se Sarney continuar com esse discurso repetitivo a cada sexta-feira, daqui a pouco ninguém mais vai dar a menor atenção, pois suas declarações irão cair no vazio. Considerando as declarações de Sarney um desserviço não só para a Constituinte, mas ao País, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse que no momento o fato político mais importante é manter a unidade do PMDB e da Assembleia. Com a aceleração da Constituinte, Fernando Henrique garante, a exemplo do deputado Ulysses Guimarães, que a 22 de abril deste ano teremos uma nova Carta Magna brasileira.

Precriidade

A conclusão o mais rápido possível da Constituinte também é defendida pelo senador José Richa (PMDB-PR), para quem a

Centrão dá lugar a novo grupo

Carmen Kozak

Diminuir o radicalismo existente no Centrão. Esse é o principal argumento da ala conservadora da Constituinte, que pretende dar início amanhã à organização de um novo grupo suprapartidário, para ocupar o espaço atualmente ocupado pelo Centrão, que na última semana sofreu sucessivas derrotas no plenário durante a votação do capítulo dos Direitos Sociais. Uma das tendências no momento, é a formação de um bloco liderado pelo presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), que tem maior facilidade de negociação com o grupo do senador Mário Covas (PMDB-SP) e com os partidos de esquerda.

O Centrão foi formado no final de novembro do ano passado para allear o Regimento Interno da Constituinte. Depois da alteração do Regimento Interno, o primeiro sinal de divisão surgiu durante a votação do princípio do direito da propriedade. O Centrão conseguiu 280 votos para derrubar o dispositivo do projeto de Constituição, mas não atingiu 280 para a aprovação da sua emenda, que não subordinava o direito ao de propriedade bem-estar social. Com isso, foi criado o «buraco negro» e depois de algumas votações foi aprovada uma fusão de emendas, que atendia aos diversos grupos.

Racha

As maiores derrotas do Centrão, no entanto, ocorreram durante a última semana. Desarticulados, os membros do grupo começaram a facilitar a aprovação de emendas que favoreciam os trabalhadores, como o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço,

conjuntura está orfã, à espera há mais de um ano de uma Constituição. Richa lamentou a atitude de Sarney, pois em sua opinião, esses confrontos do Executivo contra o Legislativo só evidenciam a precariedade do sistema presidencialista. Parlamentarista convicto, Richa acredita que se estourar mais uma crise destas, o sistema que defende será aprovado na votação em plenário.

Richa aliás, previu que o sistema de Governo deve ser votado dentro de no máximo duas semanas. Se for aprovada emenda do senador Fernando Henrique, que estabelece o mandato de quatro anos, a questão será decidida muito antes do que se imagina, sem precisar que se espere a votação do último capítulo, o das Disposições Transitórias, onde o tema seria discutido.

Fernando Henrique afirma ainda ser inevitável o clima de terrorismo contra a Constituinte, embora suas decisões sejam incontestáveis. Ele não se perturba com a possibilidade do STF interferir na Assembleia. "A nova Constituição não vai fazer isso, mas se quisesse poderia até acabar com o STF" — brinca. Mais cauteloso, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, disse que uma constituinte por si própria já é geradora de conflitos. "Imagine-se o Executivo fica fazendo marola".

férias remuneradas em 30% a mais que o salário normal, e a redução para seis horas da jornada de trabalho realizada em turnos ininterruptos de revezamento.

A gota d'água, no entanto, foi a manutenção da imprescritibilidade das ações do trabalhador rural até dois anos após o término das relações do trabalho. A emenda teve o voto favorável do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), o que provocou reação imediata dos constituintes que defendem os interesses dos proprietários rurais. O deputado Ricardo Fiúza (PMDB-PE), por exemplo, não conteve a raiva e disse após a divulgação do resultado da votação que iria votar em favor da «estatização dos bancos». O ex-ministro do Planejamento, deputado Delfin Neto, (PDS-SP), também não se conteve e deixou claro que a ordem agora «é avacalhar».

Segundo um dos articuladores da ideia de formação de um grupo liderado pelo senador Jarbas Passarinho, deputado Gérson Peres (PDS-PA), o Centrão «não deu certo por causa de radicalismo». Ele explica que a ideia de formar um grupo com características menos conservadoras facilitará o entendimento com os «radicais de esquerda». Peres afirma que esse grupo já está tomando forma, «mas os radicais do Centrão que não se aproximem por favor adverte o deputado, que preferir não identificar nominalmente esses radicais, «que prejudicam qualquer tipo de negociação».

O nome do senador Jarbas Passarinho já foi levantado anteriormente para a coordenação do Centrão, que nunca teve um líder predeterminado.

"A futura Constituição é imprescritível, inviolável e soberana. Ela está acima de todos os Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário. Está acima, também, do Supremo Tribunal Federal, que existe para guardá-la e não para esturpar-la". A afirmação foi feita ontem, em tom exaltado, pelo deputado Ulysses Guimarães, que esteve reunido por mais de três horas com o governador de São Paulo, Orestes Quéricia, na residência do ministro da Previdência Social, Renato Archer. O presidente da Constituinte anunciou ainda que nesta segunda-feira se reúne com as lideranças partidárias para tentar modificar o atual processo de votação, o que permitirá a antecipação da votação do mandato presidencial e sistema de governo.

Durante o almoço, Quéricia informou ao deputado Ulysses Guimarães a disposição dos governadores Moreira Franco, Newton Cardoso e Waldyr Pires em «lutarem pela soberania da Constituinte». O governador paulista salientou ainda a importância da aceleração dos trabalhos para pôr um fim «na troca de tiros entre o Executivo e o Legislativo». Segundo Quéricia, a intenção do presidente Sarney de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, agora para garantir seis anos de mandato, não foi discutida na reunião.

Igreja vê riscos

para a democracia

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) afirmou, em nota divulgada ontem, que «a grave crise em que se debate o País e que já não pode ser mais escondida de ninguém, revela a fragilidade de nossas instituições democráticas». Diante do choque que travam os poderes Legislativo e Executivo, a CNBB prevê em sua análise que, se houver retrocesso na votação de conquistas dos trabalhadores no plenário da Assembleia, será inevitável o confronto entre as «centrais e os sindicatos mais combativos e o novo texto constitucional, aumentando a enorme descrença do povo nos políticos e na política».

Ao justificar a previsão de confronto, a nota acrescenta que «a crise política potencializa três outras crises: a econômica — que torna insuportável a vida dos trabalhadores da classe média e empresários; a social, que registra episódios como os assassinatos de líderes camponeses, as ocupações de terrenos urbanos por moradores em desespero; e a moral, marcada pela impunidade dos casos de corrupção que, com a liberalização do regime, puderam vir a público».

Para a CNBB, a «pressão da opinião pública continua sendo a única arma eficaz de que se dispõe para garantir os avanços que poderão abrir o caminho a um período estável de desenvolvimento econômico e social».

CPI iniciará investigações no Maranhão

Viana, município maranhense distante 210 Km de São Luís, será o primeiro dos envolvidos com corrupção da liberação de verbas da Secretaria de Planejamento da Presidência da República a receber diligência local, integrada pelos deputados Leio Sathler (PMDB-ES) e Dirce Tutu Quadros (PTB-SP). Os dois constituintes integrantes da Comissão de Controle e Fiscalização da Câmara viajam hoje para iniciar as diligências no local auxiliados por um perito criminal da Polícia Federal e outro do Tribunal de Contas da União.

A próxima diligência será na Prefeitura de Chapecó (SC), para onde a Seplan teria liberado Cr\$ 30 milhões com intermediação de firma de consultoria.

A Polícia Federal já requisitou à Seplan as pastas individuais das prefeituras e outras entidades beneficiadas com verbas públicas para saber em detalhes como ocorreu a liberação e quem realmente fazia parte do esquema. O mesmo foi solicitado pela Comissão da Câmara dos Deputados, interessada em desvendar se os prefeitos realmente fizeram os pedidos e se os recursos foram liberados devidamente.

Para DPF, lista é manobra de Anibal

A publicação de longas listas de políticos, autoridades e suas famílias que teriam solicitado liberação de verbas federais junto à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), fazia parte da estratégia do ex-ministro Anibal Teixeira e seus assessores mais próximos para dificultar e confundir as investigações da Polícia Federal para apurar corrupção no setor.

A informação é do porta-voz da Polícia Federal, Paulo Marra, que procurou esclarecer o depoimento do diretor e delegado Romeu Tuma, sexta-feira, na CPI da corrupção promovida pelo Senado Federal. No seu pronunciamento, Tuma deixou claro, segundo as notas taquigráficas da CPI, que o atual ministro do Planejamento, João Batista Abreu, e sua equipe estão prestando toda colaboração possível às investigações e que as dificuldades foram provocadas pela equipe de Anibal Teixeira.

Acrescentou, no entanto, que ele e os governadores que já manifestaram apoio à soberania da futura Constituição são unânimes na tese de que «a duração do mandato do presidente José Sarney é uma questão política e não jurídica».

Quéricia disse ainda que a aprovação de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney pela Assembleia Cons-

Almoço reúne hoje o deputado e Sarney

O deputado Ulysses Guimarães almoça hoje com o presidente José Sarney no Palácio da Alvorada. O convite partiu do Presidente na última quinta-feira à noite, durante o jantar de aniversário de D. Mora, esposa do deputado, e só foi confirmado ontem à tarde. Segundo Ulysses, o assunto a ser discutido hoje é de «autoria do Presidente, já que o convite partiu dele». Ulysses, como de hábito, preferiu não comentar se essa poderá ser uma oportunidade para a reconciliação — ou distanciamento total — com o Presidente, que nas últimas semanas tem criticado os trabalhos da Constituinte.

Ibsen é contra campanha já

Porto Alegre — «O deputado Ulysses Guimarães não deve se dedicar a uma campanha presidencial neste momento porque o próprio processo histórico o conduzirá a esta posição assim que for concluído o trabalho da Constituinte». O raciocínio é do líder do PMDB na Câmara Federal, deputado Ibsen Pinheiro, do Rio Grande do Sul, que disputa na quarta-feira a reeleição para o cargo. Ibsen, um fiel seguidor do presidente do PMDB, entende que Ulysses não deve começar agora sua campanha, «pois isto o nivelaria com outras candidaturas, criando atritos».

Na opinião do deputado gaúcho, Ulysses deve se dedicar «às macro-definições da futura Constituição», avaliando que este trabalho irá certamente fortalecer sua candidatura. Ibsen também não considera que os 71 anos de idade de Ulysses possam ser um impedimento sério à sua pretensão de ser eleito Presidente da República. «Sua atuação na Constituinte demonstra que ele

tem vigor físico, intelectual e bom humor», enfatizou Ibsen. Ele não aceita nem a comparação com o episódio ocorrido com Tancredo Neves. «O problema de Tancredo não foi de idade, mas médico», afirma.

Confiante na manutenção do seu posto de líder da bancada majoritária na Câmara Federal, Ibsen já tinha falado com 230 dos 254 deputados peemedebistas antes de viajar para o Rio Grande do Sul, neste fim de semana. Hoje e terça-feira já tem contatos confirmados com os demais parlamentares do partido. Substituto de Luiz Henrique no cargo de líder, Ibsen destaca que o posto terá muita importância este ano, quando a Constituinte encerrar seus trabalhos e o Congresso dedicar-se à elaboração das leis complementares. Até agora, na opinião de Ibsen, a Constituinte tem andado muito bem. «Desde que o presidente Ulysses conseguiu controlar o Centrão tudo corre melhor, com muito diálogo e muita negociação», resume.

Secretário vê forças 'maquinando subversão'

«Há forças extra-parlamentares maquinando a subversão» — afirmou, ontem, o 1º secretário da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), ao exortar os constituintes e todos os democratas a lutarem «para impedir que as forças reacionárias e retrógradas desfaçam tudo que está sendo conquistado através da Assembleia Constituinte».

Paes diz que não acredita em golpe, mas ressalva que «estamos na América Latina, com uma longa história de caudilhismos, violações das leis, quarteladas, putschs e atos institucionais». Por isso considera indispensável, a união das forças democráticas e progressistas, dos verdadeiros liberais, democratas-cristãos, sociais-democratas e socialistas.

«Os setores mais corajosos da imprensa não cessam de clamar contra o risco de golpe, da conspiração, do retorno ao passado» — diz o deputado peemedebista, para em seguida lembrar a defesa que o

ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, fez na Federação das Indústrias de São Paulo, da ideia de «zerar a Constituinte».

Perigo

Para ele «zerar», no caso, significaria interromper os trabalhos da Assembleia «pela força, dissolvê-la e fazer a outorga, pelo Executivo ou por uma junta castrense ou ainda pelos dois, de uma nova Constituição».

Ainda segundo Paes de Andrade, «a liberdade está sempre em perigo no momento em que está prestes a alcançar o cimo da montanha». E conclui: «Não somos ingênuos a ponto de ignorar que há forças tramando o retrocesso, insinuando o golpe militar, procurando negar a liberdade e a soberania da Constituinte, tentando ridicularizá-la, buscando cobrir de opróbio a que chamam a classe política, generalizando os erros de alguns para alcançar a todos os eleitos para a Câmara e o Senado».

Defesa

Outro dos preocupados era o peemedebista Geraldo Alckmin. A seu ver, entretanto, parte da crise poderia ser superada se o governo tivesse espaço regimental para se defender na Constituinte. «O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, acredita Alckmin, tem razão: 10% dos discursos referem-se à matéria constitucional, enquanto os 90% restantes são críticas ao Governo».

O pronunciamento do presidente Sarney também apressou uma reunião de presidentes de partidos com representação na Constituinte, proposta pelo PT, para analisar o momento atual. Brandão Monteiro (PDT) e o senador Marco Maciel reuniram-se várias vezes esta semana para discutir a pauta mínima do encontro. Amanhã, os três voltam a se reunir, já com a disposição de marcar uma data, o mais rápido possível, para o encontro. Por enquanto, está faltando o apoio do deputado Ulysses Guimarães.

Afif quer "cabeça no lugar"

O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) fez ontem um apelo à responsabilidade dos constituintes, recomendando a todos que «mantenham a cabeça no lugar». O apelo de Afif é resultado do clima de preocupação e revolta que se instalou na Constituinte depois do pronunciamento do presidente José Sarney no programa «Conversa ao Pé do Rádio». Segundo Afif, há «gente interessada no confronto e no jogo duro. Portanto, não é o momento de aceitar provocação e dar margem à radicalização», ponderou.

Nos corredores, os deputados confessavam-se preocupados com o recrudescimento das críticas do Presidente à Constituinte, tornando mais delicada ainda a relação entre os dois poderes. Alguns, como Miro Teixeira (PMDB-RJ) tentavam contemporizar as consequências da fala presidencial: «Pensar em golpe hoje em dia é tolice».

«Estão preparando um golpe branco», reagiu, por sua vez, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP). Segundo ele, é inadmissível que o Presidente utilize os veículos de comunicação de massa para transmitir «destem-

"Não há clima para golpe"

Natal — «Não há, absolutamente, ambiente nenhum para qualquer possibilidade de golpe militar», reafirmou ontem em Natal o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima. Ele foi ao Estado para observar as instituições da Força Aérea Brasileira, em visita de rotina.

Moreira Lima, que juntou sexta-feira com os oficiais locais,

tendo como convidado o governador Geraldo Melo, comentou que o trabalho da Constituinte está se acelerando. Lembrou, que «na medida em que haja entendimento entre os diversos grupos de diversas tendências, nós vamos alcançando progressos acentuados e muito significativos».